

Preço: 3€ Classe: Geral Data: 21.01.2016 Periodicidade: Semanal Tiragem: 108 500 Página: 34 (GPS)



CRÍTICA

Os Poderes Presidenciais Sobre a Formação e a Subsistência do Governo

A Constituição e o nosso sistema de governo

Depois das eleições de 4 de Outubro, a iniciativa de um Governo de frente de esquerda foi coberta por várias justificações. Uma delas visava mobilizar a opinião pública para a obliteração do Presidente da República no processo de formação do Governo. Foi dito que o governo apenas depende do parlamento.

E, se no parlamento existe uma maioria absoluta de deputados disponíveis para viabilizar a formação desse governo, então seria "uma perda de tempo", ou uma obsolescência processual, aguardar pela opinião do Presidente da República. Foi esta a manobra de parlamentarizar à força o nosso sistema de governo. Tem, no

entanto, um pequeno problema: esta versão desrespeita a Constituição da República.

Agora, num pequeno ensaio muito oportuno, rigoroso e esclarecedor, Pedro Sánchez expõe além de qualquer ambiguidade a natureza profundamente falaciosa desta "narrativa".

Sánchez demonstra que a constituição de 1976 intencionalmente importou da sua congénere de 1933 a preocupação com o fortalecimento do executivo face à assembleia legislativa. Fê-lo a par da elevação política do Chefe de Estado, fazendo que a sua eleição resultasse do sufrágio universal, atribuindo-lhe legitimidade democrática não derivada e, ao contrário do parla-

mento, corporizada numa única pessoa.

A combinação destas duas intenções produz um resultado inescapável: o eixo institucional chefe de Estado-chefe do Governo não pode ser quebrado sem com isso se desrespeitar a letra e o espírito da Constituição.

Numa palavra, o Governo e o primeiro-ministro são responsáveis politicamente perante o parlamento, com certeza; mas também perante o Presidente da República, com idêntica certeza.

O ensaio recupera alguns dos debates em torno do sistema de governo na Assembleia Constituinte que elaborou o texto constitucional fundador do actual regime democrático. Mostra como o então deputado Jorge Miranda foi uma figura central e esclarecida naqueles difíceis meses. E mostra ainda como foi a esquerda (PS) e a esquerda radical (PCP et. al) a insistir até ao fim na maior autonomia possível do governo face ao parlamento e no lugar cimeiro do Presidente da República na formação (e dissolução) do



Pedro Fernández Sánchez

Coimbra Editora II 120 págs.

€12,90

Governo, bem como na possibilidade de condução política do País. O exacto contrário, portanto, daquilo de que agora as mesmas forças políticas querem convencer o País.

A conveniência partidária não faz o constituinte retrospectivo. Ensaios como este são importantes para nos proteger das narrativas da conveniência. E para proteger a Constituição.

> MIGUEL MORGADO crítico



